



Uniáguas

Concessões e Participações

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e quotistas da
Latam Water Participações Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Latam Water Participações Ltda**, (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Latam Water Participações Ltda**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o relatório datado de 02 de abril de 2025 foi emitido sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (continuação)

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas-SP, 13 de março de 2026.

Evolução Auditores Independentes S.S.
CVM nº 12.602
CRC 2SP027695/O-7

Jefferson de Paula Fernandes Barbosa
Sócio
CRC 1SP211839/O-6

QUADRO 1

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.516	9.342	27.834	9.537
Contas a receber	5	-	-	4.075	4.242
Dividendos	6	2.388	-	2.388	-
Contas a receber de partes relacionadas	6	785	-	851	-
Adiantamento de fornecedores e outros	7	18	800	390	1.158
Impostos a recuperar	8	1.910	1.231	2.216	1.521
Despesas antecipadas	-	-	-	5	6
Total do ativo circulante		32.617	11.373	37.759	16.464
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de partes relacionadas	6	4.481	5.692	4.496	6.243
Contas a receber	5	-	-	2.111	2.111
Depósitos judiciais	-	-	-	199	144
Investimentos	9	30.985	41.757	30.014	42.014
Imobilizado	10	187	68	187	68
Intangível	11	182	182	1.247	1.755
Total do ativo não circulante		35.835	47.699	38.254	52.335
TOTAL DO ATIVO		68.452	59.072	76.013	68.799

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	1	201	390	769
Obrigações trabalhistas	13	45	82	235	220
Obrigações tributárias	14	135	177	885	967
Parcelamentos	15	-	3	-	85
Contas a pagar	16	-	-	-	365
Partes relacionadas	6	1.155	275	402	5.215
Total do passivo circulante		1.336	738	1.912	7.621
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamentos	15	-	-	-	169
Empréstimos com terceiros	16	-	-	454	418
Partes relacionadas	6	-	882	4.467	882
Provisão para contingências	17	4	4	149	210
Total do passivo não circulante		4	886	5.070	1.679
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.1	22.429	22.429	22.429	22.429
Reserva de lucros	-	44.683	35.019	44.683	35.019
Total patrimônio líquido dos quotistas controladores		67.112	57.448	67.112	57.448
Participação dos quotistas não controladores		-	-	1.919	2.051
Total do patrimônio líquido		67.112	57.448	69.031	59.499
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.452	59.072	76.013	68.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -

QUADRO 2

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	19	-	-	11.112	10.564
Custos dos serviços prestados	20	-	-	(5.098)	(4.890)
Lucro bruto		-	-	6.014	5.674
Despesas com pessoal	21	(875)	(838)	(875)	(838)
Despesas administrativas e gerais	21	(2.928)	(3.427)	(6.966)	(8.770)
Despesas tributárias	-	(51)	(20)	(223)	(174)
Equivalência patrimonial	9	10.297	(325)	8.087	(6.650)
Outras despesas e receitas	22	-	(32)	(27)	3.218
		6.443	(4.642)	(4)	(13.214)
Resultado operacional		6.443	(4.642)	6.010	(7.540)
Despesas financeiras	23	(9)	(1.777)	(251)	(2.682)
Receitas financeiras	24	1.724	7.886	3.835	8.319
Resultado financeiro líquido		1.715	6.109	3.584	5.637
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.158	1.467	9.594	(1.903)
Imposto de renda e contribuição social	25	(19)	(468)	(586)	(960)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.139	999	9.008	(2.863)
Atribuível a					
Quotistas controladores				8.139	999
Participação dos quotista não controladores				869	(3.862)
				9.008	(2.863)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3**LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	8.139	999	9.008	(2.863)
	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.139	999	9.008	(2.863)
Participação dos quotistas controladores	-	-	9.008	(2.863)
Participação dos quotistas não controladores	-	-	869	(3.862)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total da controladora	Participação de quotistas não controladores	Total do consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023		22.429	400	34.020	-	56.849	1.908	58.757
Lucro líquido do exercício		-	-	-	999	999	-	999
Reversão do Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(400)	-	-	(400)	-	(400)
Destinação:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	999	(999)	-	-	-
Participação dos minoritários		-	-	-	-	-	143	143
Saldos em 31 de dezembro de 2024		22.429	-	35.019	-	57.448	2.051	59.499
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.139	8.139	-	8.139
Dividendos pagos		-	-	(865)	-	(865)	-	(865)
Ajuste de exercício de anteriores	18.2	-	-	2.390	-	2.390	-	2.390
Destinação:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	8.139	(8.139)	-	-	-
Participação dos minoritários		-	-	-	-	-	(132)	(132)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		22.429	-	44.683	-	67.112	1.919	69.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		8.139	999	9.008	(2.863)
		-	-	-	-
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido do exercício					
Depreciações	10	12	9	12	133
Amortizações	11	-	-	602	1.286
Resultado de equivalência patrimonial	9	(10.297)	325	(8.087)	(6.650)
Provisão (reversão) para contingências		-	-	(61)	-
Ajuste de exercícios anteriores	18.2	2.390	-	2.390	-
Juros sobre empréstimos		-	-	13	482
Participação dos minoritários - efeito no resultado		-	-	(869)	754
Participação dos minoritários - efeito no patrimônio líquido		-	-	(132)	-
		244	1.333	2.876	(6.858)
(Aumento) ou redução nos ativos operacionais					
Contas a receber	5	-	-	167	359
Despesas antecipadas		-	2	1	4
Impostos a recuperar	8	(679)	(1.104)	(695)	(1.162)
Adiantamentos de fornecedores e outros	7	782	443	768	169
Contas a receber de partes relacionadas	6	426	(1.896)	896	(1.051)
Depositos judiciais		-	-	(55)	(129)
Aumento ou (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	12	(200)	178	(379)	(529)
Obrigações trabalhistas, tributárias e parcelamentos	13 a 15	(82)	(228)	(321)	(9)
Partes relacionadas	6	(2)	(1.496)	(1.228)	(3.134)
Contas a pagar	16	-	-	(365)	234
		489	(2.768)	1.665	(12.106)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados	10	(131)	(58)	(131)	(73)
Aquisições de ativos intangíveis	11	-	-	(94)	-
Dividendos recebidos	9	21.069	-	20.000	-
Dividendos a receber	6	(2.388)	-	(2.388)	-
Investimentos	9	-	2.862	87	3.266
		18.550	2.804	17.474	3.193
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		(865)	-	(865)	4.250
Empréstimos com terceiros	16	-	-	23	4.126
		(865)	-	(842)	8.376
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		18.174	36	18.297	(537)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.342	9.306	9.537	10.074
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		27.516	9.342	27.834	9.537
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		18.174	36	18.297	(537)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Latam Water Participações Ltda. (“Latam Water”, “Empresa”) é uma empresa limitada localizada na Rua Padre João Manuel, nº 755, 11º andar, Cerqueira César, cidade e Estado de São Paulo, CEP 01411-001 e tem como objetivos:

(a) planejamento, organização e participações em concessões de serviços públicos em geral; (b) participação em outras empresas, empresárias ou não, empreendimentos ou consórcios, como sócia ou quotista, no interesse de suas finalidades; (c) a execução de projetos, estudos, operação, manutenção e controle operacional de estações de tratamento de água e esgoto e de estações elevatórias associadas ou não, incluindo controle ambiental e monitoramento da qualidade da água, exceto perfuração de poços; (d) prestação de serviços de consultoria técnica nas atividades acima tratadas; e, (e) importação, exportação e comercialização de máquinas, equipamentos, veículos e demais acessórios necessários às atividades mencionadas na letra “a” acima referida.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as informações financeiras da Empresa e de suas controladas. As controladas diretas bem como as controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Controladas	Cidade – Estado	Controle	Participação em %	
			31/12/2025	31/12/2024
Águas de Guará Ltda.	Guará – SP	Direto	99,85%	99,85%
Águas de Mineiros do Tietê Concessão de Serviços de Saneamento Ltda.	Mineiros do Tietê – SP	Direto	99,99%	99,99%
Aqua Pérola Ltda. (i)	Birigui – SP	Direto	50%	50%
Águas de Marília Ltda. (ii)	Marília – SP	Direto	35%	35%
BRK Ambiental – Rio Claro S.A.	Rio Claro – SP	Em conjunto	40%	40%
Igarapava Saneamento S.A (iii)	São Paulo - SP	Em conjunto	30%	70%

(i) A Latam Water é controladora da empresa Aqua Pérola, pois possui 50% de participação acionária, e os demais percentuais divididos em outras 2 empresas.

(ii) A Latam Water é controladora da empresa Águas de Marília Ltda, pois possui 35% de participação acionária, e os demais percentuais divididos em outras 4 empresas de menor percentual.

(iii) A Latam Water não é controladora da empresa Igarapava Saneamento S.A, possui 30% de participação acionária, e os demais percentuais divididos em outras 2 empresas.

Águas de Guará Ltda.

A Águas de Guará Ltda. (“Águas de Guará”) é uma empresa limitada, domiciliada no Município de Guará – SP, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rua Marechal Deodoro, nº 498, Centro, CEP 14.580-000. Constituída em 24 de maio de 2000, sua controladora e “holding” é a Latam Water Participações Ltda.

A Águas de Guará iniciou suas operações em 17 de janeiro de 2000, de acordo com o Contrato particular de concessão do direito de operar, administrar, explorar e implantar, em caráter de exclusividade, os serviços de água e esgotos do Município de Guará – nº 351. O Contrato de Concessão tem por objeto a concessão do direito de operar, administrar, explorar e implantar, em caráter de exclusividade, os serviços de água e esgotos do Município de Guará – Estado de São Paulo, visando o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, assim entendidos: **(a)** distribuição de água potável para abastecimento público compreendendo adução tratamento, e preservação de água tratada; **(b)** coleta e tratamento de esgotos; **(c)** a operação, conservação, manutenção, modernização, e ampliação dos sistemas existentes; **(d)** comercialização dos serviços, administração dos recursos humanos, físicos e financeiros incluindo a cobrança direta dos usuários; e, **(e)** execução de estudos técnicos, serviços, obras e equipamentos necessários à consecução desse objeto ao longo do período de Concessão.

O prazo da Concessão é de 25 (vinte e cinco) anos e, em havendo interesse manifesto de ambas as partes, poderá ser prorrogado até o limite máximo suplementar de 25 (vinte e cinco) anos.

Em 13/03/2023, o Município de Guará publicou o Decreto Municipal nº 3.641/23, por meio do qual declarou a caducidade do Contrato de Concessão de Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de Guará, extinguindo unilateralmente o contrato de concessão e revertendo à Municipalidade os bens reversíveis e essenciais à continuidade do serviço e as responsabilidades decorrentes da prestação do serviço. A companhia está tomando todas as medidas judiciais para garantir seus direitos.

Águas de Mineiros do Tietê Concessão de Serviços de Saneamento Ltda.

A Águas de Mineiros do Tietê Concessão de Serviços de Saneamento Ltda. (“Águas de Mineiros do Tietê”) é uma empresa limitada, domiciliada no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rua Dr. Salvador Mercadante, 489, Centro, CEP 17320-000. Constituída em 11 de julho de 2007, sua controladora e “holding” é a Latam Water Participações Ltda.

A Águas de Mineiros do Tietê iniciou suas operações em 25 de junho de 1996, de acordo com o Contrato de concessão dos serviços públicos municipais referentes à operação do sistema de água, englobando captação, adução, tratamento, preservação e distribuição, serviço de coleta, tratamento e destino de esgotos sanitários do município de Mineiros do Tietê e obras pertinentes.

O prazo da Concessão é de 30 (trinta) anos e, em havendo interesse manifesto de ambas as partes, poderá ser prorrogado até o limite máximo suplementar de 30 (trinta) anos.

Em 2017, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no âmbito do Processo nº 0008589-65.2011.8.26.0302, que condenou o Município de Mineiros do Tietê ao pagamento de indenização à Águas de Mineiros pela defasagem entre a tarifa correta pelo contrato de concessão e a tarifa praticada entre os anos de 2010 e 2013. Atualmente, a Prefeitura de Mineiros do Tietê a Águas de Mineiros do Tietê está negociando a melhor forma de reequilibrar o contrato.

Aqua Pérola Ltda.

A Aqua Pérola Ltda. (“Aqua Pérola”) é uma empresa limitada, domiciliada no Município de Birigui, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rua Waldir Momesso, 75, Jardim Novo Stábile, CEP 16.204-066. Constituída em 09 de setembro de 1997 possui como maior Quotista a Latam Water Participações Ltda. com 50% do capital social.

A antiga concessionária, denominada Corner Perfuração de Poços Ltda., iniciou suas operações em 21 de outubro de 1994 de acordo com o contrato de concessão de obra do poço tubular profundo com extração de água, cujo objeto prevê a construção de reservatório em concreto armado, de adutora, fornecimento e instalação de instrumento de medição e dosador de cloro e flúor e operação e manutenção do sistema. Em 26 de julho de 2006 a concessão foi transferida à Aqua Pérola Ltda. através de Termo de Transferência de Concessão com Anuência do Poder Concedente.

Inicialmente o prazo de contrato era de 15 (quinze) anos, com duração até 22 de outubro de 2009. Desde então, empresa vem realizando termo de aditivos de contrato com a Prefeitura Municipal de Birigui. O 21º Termo de Aditivo ao Contrato nº 2.039/1994 prorrogou o contrato em 12 (doze) meses, até 19 de outubro de 2023. O 23º Termo de Aditivo ao Contrato nº 2.039/1994 prorrogou o contrato em mais 12 (doze) meses, a partir de 20 de outubro de 2023 passando o término contratual para o dia 19 de outubro de 2024, a partir de 20 de outubro de 2024 passando o término contratual para o dia 19 de outubro de 2025, a partir de 20 de outubro de 2025 passando o término contratual para o dia 19 de outubro de 2026.

Águas de Marília

A Águas de Marília é uma empresa limitada, domiciliada no Município de Marília, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rua Plínio de Queiroz, 174, Jardim Marambaia, CEP 17510-360. Constituída em 05 de janeiro de 1998, possui como maior Quotista a Latam Water Participações Ltda. com 35% do capital social.

A antiga concessionária, denominada Hidrogesp Hidrogeologia Sondagens e Perfurações Ltda. iniciou suas operações em 05 de novembro de 1997 com objetivo de exploração de sistema de produção de água na cidade de Marília, precedida da construção das obras necessárias. Em 08 de julho de 1998 a concessão foi transferida à Águas de Marília através de Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

O prazo de concessão previsto eram 20 (vinte anos) a contar da data em que a concessionária iniciou a construção das obras previstas em contrato. Em 06 de novembro de 2017, a titularidade da operação foi transferida ao Departamento de Águas e Esgoto de Marília – DAEM.

Atualmente a Águas de Marília e o DAEM encontram-se em litígio judicial por conta de desequilíbrios contratuais não indenizados.

BRK Ambiental – Rio Claro S.A.

A BRK Ambiental - Rio Claro S.A. (“Rio Claro S.A.”), foi constituída em 24 de novembro de 2006, e entrou em operação em 06 de dezembro de 2007, tendo como objeto social a prestação de serviço público de operação e atividades de apoio, acompanhadas das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do Município de Rio Claro, no Estado de São Paulo, no âmbito do Contrato de Concessão na modalidade de Parceria Público-Privada firmado com a Prefeitura Municipal de Rio Claro em 15 de fevereiro de 2007, nos termos da Concorrência Municipal nº 003/2006, regulamentada pelo edital nº 089/2006.

A sede da Rio Claro S.A. está localizada na Rodovia Constantine Peruchi, Km 175, Jardim do Horto, Rio Claro, São Paulo. A Rio Claro S.A. é remunerada por meio de contraprestação pecuniária que, consiste no recebimento de créditos tarifários devidos pelos usuários diretos do sistema de esgoto, à proporção da quantidade de água fornecida e faturada aos mesmos pelo Departamento Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rio Claro.

O contrato de concessão possui prazo de vigência de 30 anos (2007 – 2037) e prevê a constituição pelo poder concedente, do Fundo de Compensação Tarifária dos Serviços de Esgoto do Município de Rio Claro, administrado por instituição financeira de primeira linha, com a finalidade de garantir o pagamento de obrigações pecuniárias devidas à Empresa, originadas por inadimplência ou defasagem tarifária.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Rio Claro S.A. é controlada pela BRK Ambiental. A Latam Water Participações Ltda., possui 40% do capital social da empresa.

Igarapava Saneamento S.A.

A Igarapava Saneamento S.A, constituída em 11 de outubro de 2023, com sede na Rua Cerqueira Cesar, nº 241, Jardim Santa Maria, no Município de Igarapava, Estado de São Paulo, Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, sua composição acionária é Latam Water Participações Ltda, com 69% do capital social, Itajuí Engenharia de Obras LTDA, com 29% do capital social e Cristalina Saneamento S.A, com 2% do capital social. Igarapava Saneamento S.A. é uma SPE constituída para cumprir com o disposto no Edital de Concessão da Concorrência nº 002/2023, e Contrato de Concessão nº 049/2024.

O Contrato de Concessão nº 049/2024 é eficaz desde 09/02/2024, eis que cumpridos os requisitos legais. O prazo de concessão previsto é de 35 anos, a contar a partir de 01 de junho de 2024, data do início das operações.

Em 10 de fevereiro de 2024 houve a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária para o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 17.105.633,50 passando o capital social de R\$ 2.136.282,66 para R\$ 19.241.916,67. Considerando a movimentação descrita, a Latam Water Participações Ltda., passou a possuir 50,10% de participação na Igarapava Saneamento S.A.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de setembro de 2024, houve a mudança da participação no quadro societária, onde a Latam Water passou a deter 30% da sociedade, além disso o capital social mudou para 32 milhões.

Ficou decidido também que a administração da gestão será compartilhada entre as três empresas, Latam Water, Colina Participações e Itajuí Saneamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

i) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ii) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e suas coligadas. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

iii) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

A elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, imposto de renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas da Empresa relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:

- **Nota Explicativa nº 5** – Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota Explicativa nº 11** – Definição de vida útil do ativo intangível;
- **Nota Explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota Explicativa nº 19** – Reconhecimento de receita.

iv) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Consolidação

i) Demonstrações contábeis consolidadas

Subsidiárias são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Empresa e nas quais há normalmente uma participação de mais da metade dos direitos de voto.

A Empresa controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir com esses retornos por causa do poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta ao avaliar se a Empresa controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle terminar.

As transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados, quando aplicável. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidência de uma redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a coerência com as políticas adotadas pela Empresa.

ii) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustamentos são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais como nas demonstrações contábeis consolidadas para alcançar o mesmo resultado e o patrimônio líquido atribuível à controladora.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita.

c) Receita de contrato com cliente**• Contratos de concessão de serviços**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47.

• Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pelas controladas. Quando as controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

• Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

- **Outros serviços indiretos de água e esgoto**

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

- **Receitas de serviços**

As receitas de serviços prestados pela controladora referem-se a serviços de contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação que são apuradas através das economias ativas e números de funcionários e são reconhecidas no resultado.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

- **Receitas de construção**

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que as controladas executam. A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, à medida que os custos são incorridos, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 47– Receita de Contrato com Cliente, e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Empresa ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiros são transferidos.

- **Mensuração**

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívidas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. O efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo Latam Water não possui ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho do resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo Latam Water não possui ativos financeiros desta classificação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Latam Water mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

• **Avaliação do modelo de negócio:**

O Grupo Latam Water realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações são fornecidas à Administração e incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

• **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

• **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Empresa ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, empréstimos e financiamentos, debêntures e saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa e suas controladas não realizaram, no período findo em 31 de dezembro 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, operações com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Empresa e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiro com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Capital social**

As quotas são classificadas como patrimônio líquido.

- **Ativos intangíveis**

A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura e Software;
- São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- **Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

- **Arrendamentos**

A Empresa e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Empresa e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Empresa e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início pois a taxa de juro implícita no arrendamento, não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Empresa e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- **Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

- **Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

- **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, descontos concedidos, comissões bancárias e impostos sobre receita financeira. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

e) Imposto de renda e contribuição social

- **Lucro presumido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32% e soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

- **Lucro real**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

- **Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

• **Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade – IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Empresa não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Empresa estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	2	5
Banco contas movimento	-	-	4	87
Aplicacao Financeira	27.516	9.342	27.828	9.445
	27.516	9.342	27.834	9.537

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referem-se aos certificados de depósitos bancários – CDBs, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Faturamento de serviços de água e esgoto	-	-	6.462	8.025
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(276)	(1.672)
	-	-	6.186	6.353

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2025 está assim representado:

Consolidado - 2025

Saldos a vencer	Saldos vencidos					Total vencido	Total em 2025
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 720 dias(a)			
Consumidores	953	2.275	0	0	3.233	5.508	6.462

Consolidado - 2024

Saldos a vencer	Saldos vencidos					Total vencido	Total em 2025
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 720 dias(a)			
Consumidores	953	2.275	0	0	3.233	5.508	6.462

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Administração da Empresa tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tem a receber de saldos vencidos a mais de 720 dias, o valor de R\$ 3.233 (R\$ 2.111 em Aqua Pérola, Guará 446 e em Mineiros do Tiete 676) A movimentação nas Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão abaixo demonstrados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.672	1.615
provisão para perda de crédito esperadas	-	57
Exclusão de provisão para perda de crédito esperadas	(1.396)	-
Total	276	1.672

6. PARTES RELACIONADAS

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos (i)	2.388	-	2.388	-
Total	2.388	-	2.388	-

Ativo circulante e não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas				
Latamart				
Natureza				
Contas a Receber	-	277	-	277
Igarapava	634	-	600	-
Natureza				
Contas a Receber	-	455	-	-
Águas de Mineiros (i)				
Natureza				
Contas a Receber	4.467	4.954	4.497	5.867
Águas de Marília(i)	14	6	-	-
Natureza				
Contas a Receber	151	-	250	99
Aqua Perola(i)				
Natureza				
Contas a Receber				
Total	5.266	5.692	5.347	6.243

(i) Referem-se conta corrente entre as empresas do grupo de curto prazo de realização;

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria totalizou R\$ 1.779 mil registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

Controladora

A controladora final da Empresa é a Buena Esperança Participações EIRELI e a controladora direta é a Latampart S.A., que detêm, 99,99% das ações ordinárias que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com quotistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações de mútuo entre partes relacionadas ocorridas durante o período são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante e não circulante				
Partes relacionadas		Natureza		
Marília	-	Mútuo	-	163
Águas de Mineiros	1.056	Mútuo	-	-
Igarapava	-	Mútuo	-	-
Aqua Perola	99	Mútuo	402	99
Águas de Guará	-	Mútuo	4.467	5.835
Total	1.155	1.157	4.869	6.097

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores diversos	18	800	390	1.158
	18	800	390	1.158

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Negativo de IRPJ	854	854	910	920
IRRF s/ aplicação financeira	499	271	560	325
IRRF S/JCP	384		384	2
Saldo Negativo de CSLL	61	60	86	62
IRPJ Lucro Real Estimado	47	-	48	1
CSLL pago a maior	25	24	25	27
CSLL Lucro Real Estimado	18	-	18	1
INSS a recuperar	16	17	16	17
IR pago a maior	2	-	4	
Pis a recuperar	2	2	25	23
Cofins a recuperar	2	3	103	104
IRRF a recuperar	-	-	37	39
	1.910	1.231	2.216	1.521

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores)



9. INVESTIMENTOS

Participação societária %	Em 31 de dezembro de 2025		Equivalência Patrimonial		Saldo de Investimentos		
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Águas de Guará Ltda.	99,85%	(3.797)	(180)	(180)	(1.814)	(3.791)	(3.610)
Águas de Mineiros	99,99%	2.758	1.709	1.699	2.974	2.758	1.303
Aqua Perola	50%	4.119	1.675	838	684	2.059	2.047
Águas de Marília Ltda.	35%	(67)	(78)	(27)	(22)	(23)	3
BRK Ambiental - Rio Claro S.A.	40%	63.237	23.877	9.550	9.856	25.295	35.744
Igarapava Saneamento Ltda	30%	15.624	(5.274)	(1.583)	(2.670)	4.687	6.269
Total		81.874	21.729	10.297	9.008	30.985	41.757

Controladora 2025

	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aumento (Redução) de capital	Provisão para perda sobre investimento	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2025
Águas de Guará	(3.610)	(180)	-	-	-	(3.790)
Águas de Mineiros do Tietê	1.303	1.699	(249)	-	-	2.753
Aqua Pérola	2.047	838	(820)	-	-	2.065
BRK Rio Claro	35.745	9.550	(20.000)	-	-	25.295
Igarapava Saneamento Ltda	6.269	(1.583)	-	-	-	4.686
Águas de Marília	3	(27)	-	-	-	(24)
Total	41.757	10.297	(21.069)	-	-	30.985

Controladora 2024

	Valor do investimento em 31 de dezembro de	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aumento (Redução) de capital	Provisão para perda sobre investimento	Valor do investimento em 31 de dezembro de
Águas de Guará	(1.796)	(1.814)	-	-	-	(3.610)
Águas de Mineiros do Tietê	1.578	2.974	(3.249)	-	-	1.303
Aqua Pérola	1.863	684	(500)	-	-	2.047
BRK Rio Claro	42.394	9.856	-	(16.505)	-	35.745
Igarapava Saneamento Ltda	(3)	(2.670)	-	8.942	-	6.269
Águas de Marília	27	(22)	-	(2)	-	3
Total	44.063	9.008	(3.749)	(7.565)	-	41.757

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

**Consolidado 2025**

	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Dividendos	Juros sobre o capital próprio	Aumento (Redução) de	Valor do investimento
Igarapava Saneamento	6.270	(1.582)	-	-	-	4.688
BRK Rio Claro	35.744	9.550	(20.000)	-	-	25.294
Total	42.014	7.968	(20.000)	-	-	29.982

Consolidado 2024

	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Dividendos	Juros sobre o capital próprio	Aumento (Redução) de	Valor do investimento
Igarapava Saneamento	-	6.270	-	-	-	6.270
BRK Rio Claro	42.396	9.856	-	-	(16.508)	35.744
Total	42.396	16.126	-	-	(16.508)	42.014

10. IMOBILIZADO

Controladora e Consolidado

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Veículos	20%	131	(6)	125	-
Moveis e Utensílios	10%	59	(5)	54	56
Máquinas e Equipamentos	10%	6	(6)	-	-
Computadores e periféricos	20%	88	(80)	8	12
		284	(97)	187	68

	31/12/2024			31/12/2025
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custo				
Veículos	-	131	-	131
Moveis e Utensílios	59	-	-	59
Máquinas e Equipamentos	6	-	-	6
Computadores e periféricos	88	-	-	88
	153	131	-	284
Depreciação acumulada				
Veículos	-	(6)	-	(6)
Moveis e Utensílios	(3)	(2)	-	(5)
Máquinas e Equipamentos	(6)	-	-	(6)
Computadores e periféricos	(76)	(4)	-	(80)
	(85)	(12)	-	(97)
	68	119	-	187

11. INTANGÍVEL

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão.

A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

Controladora

Descrição	Taxa anual de amortização em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Softwares	20%	9	(8)	1	1
Marcas e patentes	10%	6	(6)	-	-
Novos projetos	-	181	-	181	181
		196	(14)	182	182

	31/12/2024		31/12/2025	
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custos				
Softwares	9	-	-	9
Marcas e patentes	6	-	-	6
Novos projetos	181	-	-	181
	196	-	-	196
Amortização acumulada				
Softwares	(8)	-	-	(8)
Marcas e patentes	(6)	-	-	(6)
Novos projetos	-	-	-	-
	(14)	-	-	(14)
	182	-	-	182

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores)



Consolidado

Descrição	Taxa anual de amortização em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Softwares	20%	10	(10)	-	1
Marcas e patentes	10%	8	(8)	-	2
Novos projetos	-	181	-	181	181
Direito de concessão	-	5.413	(4.571)	842	862
Investimento em infraestrutura – Rede de Água	3%	3.465	(3.309)	156	401
Investimento em infraestrutura – Rede de Esgoto	5%	2.663	(2.447)	216	465
Investimentos em hidrometria	4%	833	(798)	35	94
Investimentos em construção civil	8%	226	(214)	12	38
Outros investimentos	5%	330	(525)	(195)	(289)
		13.129	(11.882)	1.247	1.755

	31/12/2024		31/12/2025	
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custos				
Softwares	10	-	-	10
Marcas e patentes	8	-	-	8
Novos projetos	181	-	-	181
Direito de concessão	5.413	-	-	5.413
Investimento em infraestrutura – Rede de Água	3.465	-	-	3.465
Investimento em infraestrutura – Rede de Esgoto	2.663	-	-	2.663
Investimentos em hidrometria	833	-	-	833
Investimentos em construção civil	226	-	-	226
Outros investimentos	236	94	-	330
	13.035	94	-	13.129
Amortização acumulada				
Softwares	(9)	(1)	-	(10)
Marcas e patentes	(6)	(2)	-	(8)
Novos projetos	-	-	-	-
Direito de concessão	(4.551)	(20)	-	(4.571)
Investimento em infraestrutura – Rede de Água	(3.064)	(245)	-	(3.309)
Investimento em infraestrutura – Rede de Esgoto	(2.198)	(249)	-	(2.447)
Investimentos em hidrometria	(739)	(59)	-	(798)
Investimentos em construção civil	(188)	(26)	-	(214)
Outros investimentos	(525)	-	-	(525)
	(11.280)	(602)	-	(11.882)
	1.755	(508)	-	1.247

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores)

**12. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores a pagar	1	201	390	769
	1	201	390	769

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para férias e encargos sociais	27	61	174	152
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	10	9	33	32
Contribuicao Assistencial	-	-	15	14
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	5	5	11	10
IRRF -Imposto de Renda Retido na Fonte	3	7	2	12
	45	82	235	220

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão IRPJ e CSLL sobre lucros diferidos	21	-	507	513
Provisão de PIS e COFINS diferidos	-	-	176	180
Retenção de Impostos	59	26	65	26
COFINS a pagar	30	113	58	147
Provisão de IRPJ e CSLL	20	-	46	42
IRRF a pagar	-	13	20	23
PIS a pagar	5	25	11	32
ISS a pagar	-	-	2	4
	135	177	885	967

15. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento de Cofins	-	3	-	3
Parcelamento de IRPJ e CSLL	-	-	-	82
	-	3	-	85

Passivo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2022	31/12/2025	31/12/2022
Parcelamento de Cofins	-	-	-	1
Parcelamento de IRPJ e CSLL	-	-	-	168
	-	-	-	169

16. CONTAS A PAGAR E EMPRÉSTIMOS DE TERCEIROS

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Renegociação energia elétrica	-	-	-	365
	-	-	-	365

Passivo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos de terceiros	-	-	454	418
	-	-	454	418

Composto por valores renegociados junto à empresa de distribuição elétrica, bem como, por empréstimos de empresas terceiras não ligadas à Companhia.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Empresa, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	4	4	149	200
Cíveis	-	-	-	10
	4	4	149	210

Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado			
	31/12/2024	Provisões	Reversões	31/12/2025
Processos trabalhistas	200	-	(51)	149
Processos cíveis	10	-	(10)	-
	210	-	(61)	149

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa e suas controladas possuem outras ações referentes a processos trabalhistas, cíveis e regulatórios com prognóstico de perda “possível”, no montante estimado de R\$ 149.

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores)



18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, os sócios e as respectivas participações diretas estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Buena Esperança	1	1	1	1
Latampart S.A.	22.428	22.428	22.428	22.428
Total do Capital Social	22.429	22.429	22.429	22.429

18.2. Ajuste de exercícios anteriores

No ano de 2025 foram contabilizadas as seguintes transações: (i) dividendos da BRK Ambiental no valor de R\$ 2.464 referente ao exercício de 2024 e recebidos em 2025, e (ii) despesas do ano de 2024 no valor de R\$ 74.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços com água	8.536	8.088
Receita de serviços com esgoto	3.294	3.155
Receita de serviços diversos	103	105
Total da receita bruta	11.933	11.348
Deducoes da receita bruta		
COFINS	(670)	(640)
PIS	(146)	(137)
ISS	(5)	(7)
Total das deduções	(821)	(784)
Total da receita operacional líquida	11.112	10.564

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica	(2.203)	(2.338)
Pessoal	(1.523)	(1.357)
Materiais aplicados	(612)	(760)
Custos com serviços	(613)	(265)
Produtos químicos	(147)	(170)
	(5.098)	(4.890)

21. DESPESAS COM PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas	(3.510)	(4.364)	(5.840)	(6.975)
Depreciação	(13)	(10)	(511)	(1.302)
Garantias Prestadas	(615)	(493)	(615)	(493)
Pessoal administrativo	(875)	(838)	(875)	(838)
Reembolso de despesas holding (i)	1.210	1.440	-	-
	(3.803)	(4.265)	(7.841)	(9.608)
Classificadas como:				
Despesas com pessoal	(875)	(838)	(875)	(838)
Despesas administrativas e gerais	(2.928)	(3.427)	(6.966)	(8.770)
	(3.803)	(4.265)	(7.841)	(9.608)

- (i) A Empresa e suas controladas possuem contrato de compartilhamento de infraestrutura, estrutura administrativa e pagamento de despesas. Para o contrato com a Aqua Perola as despesas são fixas e mensais, já para as empresas Águas de Guará e Águas de Mineiros é utilizado o critério da proporcionalidade de faturamento das controladas para cálculo do reembolso da holding.

LATAM WATER PARTICIPAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores)

**22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com indenizações - precatório	-	-	-	3.250
Outras receitas(despesas)	-	(32)	(27)	(32)
	-	(32)	(27)	3.218

23. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sobre empréstimos bancários	-	(78)	(13)	(482)
Descontos concedidos	-	(1.665)	-	(1.665)
Tarifas bancarias	(3)	(13)	(100)	(494)
Juros sobre atraso em pagamentos	(6)	(21)	(138)	(41)
	(9)	(1.777)	(251)	(2.682)

24. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas	-	-	1.775	-
Rendimentos de aplicações financeiras	1.488	576	1.488	598
Correção monetária	95	-	222	-
Juros e multas por atraso no pagamento da fatura	2	82	215	415
Recuperação de impostos	106	-	135	-
Receitas financeiras decorrentes de mútuos	33	-	-	78
Juros sobre capital próprio	-	7.228	-	7.228
	1.724	7.886	3.835	8.319

Em 2025, na conta de Outras receitas foi reconhecido o valor de R\$ 1.775 relativo aos investimentos na Montblanc Participações.

Em 2024, na rubrica de Juros sobre capital próprio está contabilizado o valor recebido da empresa Rio Claro Saneamento, a qual a empresa detém 40% de participação societária.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.210	1.467	9.594	(1.903)
Resultado da equivalência patrimonial	(10.442)	325	(8.087)	6.650
Efeito líquido créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.677)	57
Receita de participações societárias na Monblac	-	-	(1.775)	-
Efeito da apuração trimestral	2.306	155	2.306	155
Efeito de regime tributário nas controladas	-	-	2.069	2.228
Exclusão da venda de precatório	-	-	-	(3.250)
Despesas indedutíveis	5	5	11	65
Base de cálculo antes da compensação	79	1.952	2.441	4.002
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-
Base de cálculo após a compensação	79	1.952	2.441	4.002
Imposto de renda - alíquota 15%	(12)	(293)	(366)	(600)
Imposto de renda - alíquota 10% (adicional)	-	-	-	-
Contribuição social - alíquota 9%	(7)	(176)	(220)	(360)
Imposto de renda e contribuição social	(19)	(468)	(586)	(960)

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Empresa tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa, e os gestores se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa.

A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. O grupo adotou a política de provisionar como perdas as faturas em aberto com mais de 180 dias e possui políticas de parcelamentos para dirimir a ocorrência de problemas relacionados aos recebimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	6	92
Aplicações financeiras	27.516	9.342	27.828	9.445
Contas a receber	-	-	4.075	4.242
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	2.388	-	2.388	-
Partes relacionadas	4.481	5.692	4.496	6.243
	34.385	15.034	38.793	20.022

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa e suas controladas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1	201	390	769
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Partes relacionadas curto e longo prazo	1.155	1.157	4.869	6.097
Total	1.156	1.358	5.259	6.866

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos às suas atividades, tais como destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sede	2.180	3.300	2.360	3.753
Acidentes Pessoais	-	-	20	3.050
Risco Operacional	-	-	-	2.581
Responsabilidade civil	-	-	-	500
Equipamentos e veículos	200	-	-	330
Seguro Garantia	-	-	224	134
Fiança Locatícia	27	329	27	-
	2.407	3.629	2.631	10.348

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. ASPECTOS AMBIENTAIS

A Empresa e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais nacionais, estaduais e municipais.

Através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, a Empresa procura diminuir riscos associados a assuntos ambientais.

A Administração da Empresa e suas controladas acreditam que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, não houve eventos subsequentes que devessem ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

30 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, do período findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2026.

Diretoria

Marcos Kassardjian
Thiago Henrique Alves

Contador

Marcos Nascimento
CRC SP 253854/O-6

* * *